

## SOCIALISMO, CONSERVADORISMO E COOPERATIVISMO NA “REVOLUÇÃO PACÍFICA”: ALGUMAS TESES CRÍTICAS ACERCA DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”.

Valena Ribeiro Garcia Ramos<sup>15</sup>

Andrey Cordeiro Ferreira<sup>16</sup>

Marcello de Moura Coutinho<sup>17</sup>

### RESUMO

No presente artigo analisaremos as ideias políticas que sustentam o cooperativismo em geral e a chamada “economia solidária”, com o objetivo de problematizá-lo enquanto projeto político e movimento social. Remontando a genealogia das ideias que sustentam as políticas da economia solidária e mostrando como o fato de seus teóricos inventarem uma descendência do cooperativismo expressa num tipo de projeto político paternalista e conservador que evidencia Robert Owen e os “socialistas utópicos” como fundadores desse projeto e movimento político. A análise proposta está baseada em textos teóricos e políticos sobre cooperativismo (tanto dos ideólogos da economia solidária quanto dos pensadores socialistas que refletiram sobre esta questão desde o século XIX).

Nossa hipótese é que o cooperativismo no Brasil está associado a projetos políticos paternalistas e tutelados pelo Estado, ou plenamente integrados ou condicionados pela economia de mercado. Entendemos que o cooperativismo de base sindical-popular deve recuperar o caráter pedagógico defendido pelos teóricos socialistas analisados, com vistas a uma formação política que aposte na necessidade de vinculação aos movimentos sociais e sindicais.

Palavras-chave: Cooperativismo; Economia Solidária; Socialismo; Socialismo Utópico; Capitalismo.

---

<sup>15</sup>Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Sociologia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

<sup>16</sup> Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN/UFRJ). Professor Adjunto do CPDA-UFRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos do Poder.

<sup>17</sup> Mestre em Políticas Públicas de Saúde pela Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca (Fundação Oswaldo Cruz). Professor de Sociologia e Políticas de Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fundação Oswaldo Cruz).

## ABSTRACT

In this article we will analyze the political ideas that support cooperativism in general and the so-called “solidary economy”, with the objective of problematizing it as a political project and social movement. Tracing the genealogy of the ideas that support the policies of the solidarity economy, showing how the fact that its theorists invented a descent from cooperativism expressed in a kind of paternalistic and conservative political project that evidences Robert Owen and the “utopian socialists” as founders of this project and movement political.

The proposed analysis is based on theoretical-political texts on cooperativism (both from the solidarity economy ideologues and from socialist thinkers who have reflected on this issue since the 19th century). Our hypothesis is that cooperativism in Brazil is associated with paternalistic and political projects tutored by the State, or fully integrated or conditioned by the market economy. We believe that popular-union-based cooperativism must recover the pedagogical character defended by the analyzed socialist theorists, with a view to a political formation that bets on the need to link to social movements and union members.

Keywords: Cooperatives; Solidarity Economy; Socialism; Utopian Socialism; Capitalism.

## 1. INTRODUÇÃO

No presente artigo analisaremos as ideias políticas que sustentam o cooperativismo em geral e a chamada “economia solidária”, com o objetivo de problematizá-lo enquanto projeto político e movimento social. Remontando a genealogia das ideias que sustentam as políticas da economia solidária e mostrando como o fato de seus teóricos inventarem uma descendência do cooperativismo expressa num tipo de projeto político paternalista e conservador que evidenciam a Robert Owen e os “socialistas utópicos” como fundadores desse projeto e movimento político.

A análise será feita especialmente a partir de textos teóricos e políticos sobre cooperativismo, tanto dos ideólogos da economia solidária quanto dos pensadores socialistas que refletiram sobre esta questão desde o século XIX. Reconstituiremos parcialmente o debate acerca do cooperativismo realizado pelos socialistas, de cunho reformista e revolucionário, e por aqueles cujas visões são entendidas como “conservadoras”. Esta reconstituição é fundamental para situar histórica e politicamente o fenômeno da economia solidária, bem como para analisar as possibilidades e os limites do

cooperativismo enquanto movimento e projeto político de transformação social.

Diante dos objetivos propostos neste texto, faz-se necessário definir, de antemão, os conceitos de cooperativa e cooperativismo. Em resumo, a definição da Lei Cooperativista nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, entende por cooperativa: “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias; de natureza civil; não sujeitas à falência; e constituídas para prestar serviços aos associados” (art. 4º, caput). Portanto, pode-se afirmar que é “uma associação voluntária, devendo ter no ato de sua criação no mínimo vinte pessoas, sem-fins lucrativos, todavia, com fins-econômicos”. Além disto, os cooperados devem exercer uma mesma atividade com objetivos comuns, contribuindo equitativamente para a formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes, o que implica em assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento coletivo. A cooperativa deve ser regida pelo princípio democrático de cada pessoa, um voto. Os excedentes ou sobras devem ser distribuídos na proporção do trabalho de cada cooperado. Já a visão idealizada a considera como um tipo de organização caracterizada pela associação livre entre trabalhadores, visando à construção de um modelo diferenciado de produção de bens e

de prestação de serviços, a fim de garantir o acesso dos trabalhadores aos mesmos. Esta organização deve ter por base a gestão coletiva e democrática dos meios de produção, eliminando assim as formas de exploração e subjugação do trabalho através da divisão dos excedentes de produção entre os associados.

Tanto a definição legal quanto a idealizada são insuficientes para dar conta das diferentes e complexas realidades sociais. Existem grupos sociais de tamanhos muito diversos, grande parte deles com menos de vinte pessoas, que, apesar de atenderem aos demais parâmetros exigidos pela legislação, não podem ser legalizados. Ao mesmo tempo, muitas das cooperativas legalizadas funcionam em uma lógica de lucro e acumulação, sendo extremamente centralizadas em seus processos decisórios. Uma definição sociológica de cooperativa não pode se restringir aos parâmetros legais e às formas idealizadas de funcionamento. Deve-se buscar uma definição que abranja a diversidade empírica do fenômeno e seja mais do que uma prescrição *a priori* de características com finalidades normativas, considerando o caráter descritivo necessário à apreensão dos fatos sociais. Assim, em primeiro lugar, a cooperativa é um grupo que se estrutura a partir de atividades econômicas (produção,

circulação e consumo), e exige que seus membros possuam algum tipo de identidade de condição (profissional ou ocupacional); em segundo lugar, ela deve ter uma concepção (ideias e representações) originada do universo do cooperativismo. Este pode ser entendido como um campo de organizações e ideias econômicas subsidiárias do movimento sindical e operário em sentido amplo, ou ainda como objeto de políticas de Estado, visando uma inserção econômica precarizada dos trabalhadores; ou mesmo das próprias empresas capitalistas, sendo configurado pelas contradições da sociedade capitalista e a intensificação da exploração do trabalho.

De acordo com nossa abordagem, as cooperativas e o cooperativismo não são fenômenos independentes das classes sociais, dos partidos, sindicatos e Estado. Como veremos, o fenômeno como fato histórico no Brasil e no mundo corrobora com essa visão. As cooperativas surgem como parte de lutas e processos políticos e econômicos e devem ser a eles referenciados. Identificamos dois tipos de cooperativismo, considerando aspectos da condição de classe e seu teor político-ideológico. Podemos falar de um cooperativismo sindical-popular, composto por diferentes categorias de assalariados e trabalhadores, e de um cooperativismo

empresarial, formado por médios e grandes produtores rurais, profissionais liberais e outros ramos da economia. Contudo, o cooperativismo sindical-popular e o empresarial podem apresentar, em seu próprio interior, profunda heterogeneidade ideológica. No caso do primeiro, há diferenças entre revolucionários e reformistas, por exemplo. Na próxima parte, iremos nos ater as demonstrações das vinculações do cooperativismo no Brasil, e depois ao debate teórico e político do cooperativismo em geral.

## **2. O COOPERATIVISMO NO BRASIL E O SURGIMENTO DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA”**

O desenvolvimento do cooperativismo brasileiro encontra-se relacionado ao campo político e aos seus diversos atores sociais, com práticas políticas e conteúdo ideológicos sustentados pelos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, também estará imbricada a atuação do Estado, principalmente pelo fato deste ser um ator fundamental na organização do cooperativismo empresarial, além de

impor, por meio da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), uma ação de tutela, só revista na Constituição de 1988. Enquanto, na era petista, observou-se o investimento do Estado em políticas para o cooperativismo sindical-popular, como é o caso da economia solidária, a fim de criar um programa de geração de renda através de uma inserção precarizada, mas fundada numa nova identidade de classe. No entanto iremos apenas analisar o cooperativismo sindical-popular e as suas ideias e relações com o Estado e os movimentos sociais e sindicais.

O final do século XIX, mais precisamente a década de 1880<sup>18</sup> é reconhecido como o marco para o surgimento do “cooperativismo brasileiro” e o mesmo esteve ligado ao movimento de formação e luta dos sindicatos; portanto, vinculado a um projeto político oriundo da classe trabalhadora. Como afirma Magalhães (2001:2):

(...) O sindicalismo e o cooperativismo brasileiro também surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados constituíram os ‘clubes de ofícios’, sindicatos – para defender os interesses da profissão, e as sociedades de consumo cooperativas com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda

---

<sup>18</sup> Conforme Veiga e Fonseca (2001: 27), em 1881, no município de Limeira (SP), foi criada a Cooperativa da Companhia Telefônica, e, em 1894, no Rio de Janeiro (RJ), a Cooperativa dos Militares. Por volta de 1887 foram fundadas as primeiras cooperativas no Brasil, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas (SP). Em 1889, foi a vez da Cooperativa de Consumo de Ouro Preto (MG) e da Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais.

e acesso a produtos mais adequados aos seus associados.

Nesse contexto foi a experiência do sindicalismo revolucionário de orientação anarquista que influenciou o cooperativismo do final do século XIX e início do XX no Brasil, e inspirava-se nas caixas agrícolas alemãs dos Raiffeisen<sup>19</sup>. Enquanto as iniciativas vinculadas às ideias conservadoras e sistêmicas tinham base no modelo hegemônico europeu<sup>20</sup>. Todavia a referência ao projeto político revolucionário que, por fim, definiu o teor ideológico das cooperativas de matriz sindical-popular no Brasil no período citado, conforme passagem de Magalhães (idem):

Os anarquistas organizaram muitas cooperativas e outras organizações de caráter cooperativo como mútuas [grupos de mútuo apoio] ou ligas que tinham como objetivo a ajuda mútua, em estreita relação com a luta e o projeto político revolucionário. Na última década do século XIX, chegaram ao Brasil várias famílias de anarquistas italianos que organizaram comunidades com ideais libertários e as primeiras cooperativas, mesmo enfrentando problemas econômicos e repressão.

Por seu caráter revolucionário e sua capacidade de mobilização, observa-se que o movimento sindical nacional

independente foi duramente reprimido nas décadas de 1920 e 1930, sofrendo posteriormente com a regulamentação das organizações sindicais e controle das relações de trabalho pelo Estado Getulista. Assim, a década de 1930 marcou uma mudança global nas relações de classe, e o papel dos sindicatos e das cooperativas foi ressignificado mediante as diferentes políticas estatizantes. Neste sentido, Rios (1987:24-5) destaca que, no pós-intervenção estatal, as ideias socialistas que justificaram a prática cooperativista de origem operária deixaram de ser a principal referência:

No Brasil são ideias corporativas (fascistas) que inspiram, por vezes, a prática e a legislação. Assim como o sindicalismo brasileiro está marcado nas suas origens e organização pelo Estado Novo getulista (da década de 30), o mesmo ocorreu (...) com o cooperativismo.

Salienta-se que, a partir do período mencionado, o cooperativismo assumiu uma nova configuração quanto ao seu aspecto formal-legal. Neste sentido, as primeiras leis de regulamentação foram formuladas pela ditadura getulista<sup>21</sup> e posteriormente revistas pela ditadura

<sup>19</sup> Cabe destacar que as caixas Raiffeisen, idealizadas por Friedrich Raiffeisen (prefeito de uma pequena localidade alemã), tinham ideário religioso e humanitário. Sua base era o crédito popular destinado a atender às demandas de pequenos agricultores. Elas influenciaram outras experiências afins no Brasil, como o caso da primeira cooperativa de crédito, em 1902. Implementada por produtores de vinho de Nova Petrópolis (RS), a cooperativa brasileira teve como motivação, a ideia de organização de uma caixa de crédito rural nos moldes da experiência alemã.

<sup>20</sup> O modelo de cooperativismo hegemônico europeu tem base na tutela do Estado, assim como na adoção do princípio reformista e de práticas concorrenciais no âmbito do mercado capitalista.

<sup>21</sup> Após 1932, foram regulamentados, com a implantação do Decreto nº 22.239, a organização e o funcionamento das cooperativas, o que significou um crescimento regulado do cooperativismo brasileiro.

militar<sup>22</sup>, definindo, assim, a estrutura contemporânea do sistema cooperativo no Brasil. Um dos aspectos significativos desta estrutura institucional é que, depois de 1945, o governo passou a oferecer diversos incentivos materiais e fiscais às cooperativas (CULTI, 2002: 6-7). Deste modo, em 1951, nasceu o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)<sup>23</sup>. Nota-se, então, que deste período em diante há uma intervenção estatal paulatina através do incentivo e financiamento a cooperativas vinculadas ao sindicalismo de Estado e às elites agrárias.

Em 1966, com o aumento da repressão política durante a ditadura militar, verificou-se a perda dos incentivos fiscais e das liberdades já conquistadas, o que acarretou o fechamento de inúmeras entidades e o impedimento da expansão em maior grau das iniciativas independentes, pondo em choque projetos cooperativistas extremamente diversos. Conforme Magalhães (ibidem: 4):

Ao longo de quase todo um século, o cooperativismo ficou nas mãos de projetos políticos burgueses, ou melhor, o cooperativismo foi um dos principais pilares do crescimento da burguesia agrária no

Brasil. Porém, esta não foi uma característica exclusiva do cooperativismo no Brasil, nem foi um processo espontâneo. Foi resultado de um embate entre distintos projetos.

As iniciativas de cooperativismo sindical-popular, a partir de dezembro de 1971, encontraram mais dificuldades devido à rígida estruturação prevista na legislação criada pelo governo Médici. Ao mesmo tempo, as cooperativas de grande porte passaram a dispor de um determinado fortalecimento institucional relacionado à criação da OCB que, controlada pela ditadura militar, obteve o monopólio de representação e comercialização das cooperativas brasileiras, permanecendo assim até o presente momento. Um dos objetivos principais da ditadura militar com a criação da OCB era, além de controlar o movimento cooperativista autônomo, viabilizar o agronegócio a partir da ampliação do volume da produção, para a comercialização em larga escala. Assim, o formato da expansão do cooperativismo teve caráter fundamentalmente conservador e tutelado pelo Estado, seguindo o modelo formalista inglês<sup>24</sup> imposto no Brasil, principalmente na área rural.

<sup>22</sup> Vale lembrar que, a Lei 5.764, de 1971 regulamenta até o presente momento o cooperativismo no Brasil.

<sup>23</sup> O BNCC foi extinto por meio de medida provisória (16/03/1990), durante o governo Collor (1990-1992), tendo as suas atividades de fomento ao cooperativismo sido transferidas para o Ministério da Agricultura.

<sup>24</sup> O caráter formalista deste modelo diz respeito ao aparato formal-legal existente no campo cooperativo inglês a partir 1852, com a promulgação da Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, que passou a regular as relações das cooperativas de produção com o Estado em razão do interesse da burguesia em controlar a organização da

O caráter conservador trouxe restrições legais e burocráticas para a constituição de cooperativas de orientação sindical-popular, o que levou à organização de associações autônomas em relação ao Estado. Todavia, nas décadas de 1970/80, diante de um amplo processo de mobilização popular-sindical no Brasil e em meio ao movimento da redemocratização, o cooperativismo como projeto político da classe trabalhadora ressurgiu de forma significativa. Ele reaparece paralelamente ao surgimento do “novo sindicalismo”, das oposições sindicais e dos movimentos sociais, destacando a importância da atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) neste processo.

Foram estes cooperativismos e associativismos surgidos no contexto do novo sindicalismo que, diferente daqueles de grande e médio porte, serviram de campo no qual se desenvolveu o projeto da economia solidária. O “cooperativismo popular” agregado à economia solidária se estabeleceu como um projeto político na interseção entre segmentos sindicais, partidários, movimentos sociais urbanos e

rurais. Incentivados pelas organizações não-governamentais (ONGs), passou a ser uma proposta “alternativa de geração de trabalho e renda”, posteriormente chamada de inclusão produtiva, no contexto de avanço de uma política neoliberal marcada pela abertura ao capital estrangeiro, privatizações, flexibilização de direitos e precarização das relações de trabalho, iniciadas no governo Collor.

Além dos partidos e sindicatos, cumpriram papel importante para a estruturação desse cooperativismo sindical-popular várias organizações da sociedade civil (ONGs, associações e “instituições sem-fins lucrativos”) em todo o país, muitas delas associadas às universidades. Essas organizações assumiram a função de mediadoras junto às cooperativas e aos movimentos sociais, garantindo assim espaços de atuação para técnicos de nível superior que desenvolviam iniciativas relacionadas à assessoria e aos programas de incubação de empreendimentos populares.

Estas iniciativas e parcerias facilitaram o financiamento público-privados para as atividades dos referidos

---

classe trabalhadora. Já o seu caráter conservador está referido ao aspecto reformista (não-revolucionário), que incorporou os princípios da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (1844), sintetizados em duas leis: a Lei da Extensibilidade Indefinida (busca pela ampliação do número de membros) e a Lei da Adaptação ao Progresso Econômico (aceitação das regras do mercado capitalista).



setores por meio de projetos intergovernamentais e convênios internacionais, estando entre os casos mais conhecidos: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares<sup>25</sup>(ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO)<sup>26</sup>, a Associação de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Participação Acionária (ANTEAG)<sup>27</sup>, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)<sup>28</sup> e a União e Solidariedade Nacional das Cooperativas do Estado de

São Paulo (UNISOL)<sup>29</sup>. As duas últimas são instituições fomentadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Há também experiências cooperativistas significativas advindas de movimentos sociais e de trabalhadores, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

É importante sinalizar que esse cooperativismo sindical-popular atual difere significativamente daquele do início

---

<sup>25</sup> Conforme IBAM/COMUNIDADE SOLIDÁRIA/IPEA (1997:11), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada na década de 1990, é formada pela união dos seguintes órgãos e entidades: Coordenação de Pós-graduação em Engenharia de Universidade Federal do Rio de Janeiro (COOPE/UFRJ); Gerência de Negócios do Sistema de Cooperativa do Banco do Brasil (GCOOP/BB); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Fundação Banco do Brasil; Comitê de Entidades Públicas (COEP) e Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM). Vale lembrar ainda que a ITCP surgiu durante a vigência do Programa Comunidade Solidária na Era FHC (1995-2002).

<sup>26</sup> De acordo com Culti (2002:9), “A Rede Unitrabalho como um todo, interliga atualmente 86 universidades e instituições de ensino superior, que se agrupam em sete regionais e seus respectivos Núcleos Locais multidisciplinares. Nesta situação estão incluídas também as cooperativas formadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) nos assentamentos de reforma agrária”.

<sup>27</sup> Com base no informativo “Autogestão” (ago./set./2000), a Associação de Trabalhadores de Empresas Autogeridas e Participação Acionária (ANTEAG) representava naquela data mais de cem empresas, totalizando vinte e cinco mil trabalhadores. Para Tauile e Debaco (2002:2), a ANTEAG é precursora do movimento de autogestão urbana no país, sendo um legado da década de 1990, momento em que as mais ortodoxas políticas neoliberais foram aplicadas em países considerados em desenvolvimento, como o Brasil.

<sup>28</sup> Zaperlon (2003:50) coloca que a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi possivelmente a investida de maior envergadura da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no âmbito da economia solidária. A autora informa, ainda, que a criação da ADS “se deu a partir de um grupo de trabalho (GT) sobre economia solidária, aprovada pela executiva nacional da Central no final de 1998. Deste GT nasceu o projeto de constituição da Agência, que teve como parceiros uma ONG holandesa – a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) –, a Fundação UNITRABALHO e o DIEESE. A Agência foi lançada em setembro de 1999 em seminário internacional, após discussões em seminários regionais”.

<sup>29</sup> Ainda segundo Zaperlon (2003:55-6), A União e Solidariedade Nacional das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) nasceu em 1999, como a ADS, fruto do engajamento de dois sindicatos do ABC paulista – o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Químicos.

do século XX ligado a um sindicalismo de tipo revolucionário. Tal diferença de teor ideológico da economia solidária se estabelece principalmente pela vinculação específica de parcelas significativas de cooperativas deste período ao movimento sindical cutista e ao Partido dos Trabalhadores, que já adotava uma perspectiva reformista em sua constituição e foi, posteriormente, adequando seu programa aos preceitos do neoliberalismo, de acordo com o seu projeto de conquista do Estado.

Quanto às cooperativas de matriz empresarial, é também no final da década de 1970 que vão surgir e se consolidar cooperativas organizadas por outros setores do empresariado que não o do agronegócio, ou de outro ramo agrícola. Destaca-se principalmente o crescimento das cooperativas de trabalho, que permitiram aos empresários organizar as suas atividades produtivas e de serviços, de modo a se tornarem mais competitivas e lucrativas em meio ao contexto de mundialização do capital e de reestruturação produtiva. Este último ramo de cooperativas se tornou um instrumento capaz de garantir a acumulação mais intensa de capital através do aumento da exploração do trabalho. A condição de associado, que lhe confere uma posição, mesmo que formal e não de fato, de “dono

do empreendimento”, é o aspecto fundamental para a intensificação desta exploração, que se materializa através da precarização das relações de trabalho e da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Embora as cooperativas agropecuárias de grande porte da OCB tenham perdido de uma vez por todas a centralidade exibida até então, a referida organização continuou a ter importância, pois sempre foi apoiada por setores economicamente fortes, os quais não pretendiam perder a hegemonia no campo cooperativista brasileiro. Na passagem abaixo, Magalhães (ibidem: 8) revela os interesses políticos de então:

Atualmente a OCB é representada no Congresso Nacional pela mesma base parlamentar que representa o empresariado rural e o latifúndio. A bancada ruralista é a que vem com grande força defendendo a manutenção do sistema cooperativista tradicional com unicidade de representação.

No entanto, o desenvolvimento do cooperativismo no meio rural ilustra bem como este pode estar vinculado a diferentes projetos políticos, conforme enfatiza Veiga e Fonseca (2001:13), no trecho abaixo:

No Brasil, o cooperativismo aparece tanto como um instrumento eficiente para a organização econômica da agricultura de exportação e da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno, quanto para a comercialização dos produtos dos pequenos produtores.

Em concordância com este postulado, pode-se citar Rios (1987:9):

O cooperativismo aparece, pois, no Brasil, sob uma dupla e contraditória face. De um lado, é o instrumento rotineiro e eficaz na organização econômica da agricultura de exportação (café, açúcar, cacau, soja, etc.), da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno (hortigranjeiros) ou da agricultura latifundiária do algodão nordestino. Por outro lado, o cooperativismo é sistematicamente apresentado como ‘a solução’ para a comercialização agrícola dos produtos de pequenos agricultores, de pescadores e de artesãos.

Esta característica não é uma particularidade do cooperativismo brasileiro desenvolvido no meio rural, e sim uma característica fundamental presente na história do cooperativismo internacional. Autores como Veiga e Fonseca (2001:27) informam que o papel político-ideológico assumido pelas cooperativas tem íntima relação com a sua configuração classista. Diante disto, podemos então afirmar que as organizações cooperativas existem enquanto instrumentos de diferentes projetos políticos orientados por condição de classe e concepção político-ideológica.

O campo atual do cooperativismo no Brasil é composto por uma multiplicidade de cooperativas. Pode-se observar a existência de organizações formadas tanto por trabalhadores desempregados e precarizados dos grandes centros urbanos, quanto por trabalhadores rurais, vinculados ou não às organizações partidárias, associações representativas, organizações não governamentais e demais segmentos

dos novos movimentos sociais, sindicatos, secretárias e demais instâncias de governo, empresas privadas e/ou à outras formas de organização. Como exemplo, podemos citar dois casos bastante expressivos: as cooperativas ligadas ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra. Além delas, há uma infinidade de cooperativas de pequeno e médio porte formadas por pequenos proprietários agrícolas, por trabalhadores de fábricas falidas e por pequenos e médios empresários; ou ainda por as grandes cooperativas vinculadas ao agronegócio e ao latifúndio e aos grandes empresários dos setores secundários e terciários da economia. Com efeito, podemos citar a Sociedade de Trabalho Médico - cooperativa formalmente conhecida pela sigla (UNIMED) -, a qual informa no próprio sítio da instituição que:

Atualmente o Sistema Unimed tem 32% de participação no mercado nacional de planos de saúde, atendendo 15,1 milhões de clientes. São 377 cooperativas médicas com abrangência em 74,9% do território nacional, nas quais 106 mil médicos cooperados desenvolvem suas atividades<sup>30</sup>.

Mesmo diante desta multiplicidade, são as opções político-ideológicas e as condições de classe que definiram a matriz do cooperativismo sindical-popular ou empresarial, e inevitavelmente as suas

<sup>30</sup> Consultar: <https://www.unimed.coop.br/web/presidenteprudente/sobre-a-unimed>.

condições materiais e políticas de existência e gêneses.

Após a constituição histórica do cooperativismo no Brasil, iremos apresentar as matrizes políticas e ideológicas presentes no cooperativismo sindical-popular desde o início dessas práticas até os dias atuais, começando pela vertente da economia solidária que hoje é a perspectiva hegemônica dentro desse campo.

## **2.1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A NOÇÃO DE “REVOLUÇÃO PACÍFICA”**

Neste subitem, construiremos uma reflexão sobre a proposta política do cooperativismo da economia solidária. Mais especificamente, aquela elaborada por Paul Singer<sup>31</sup>, que serviu para a construção do projeto de geração de trabalho e renda voltado para trabalhadores desempregados ou subempregados, referendado pela CUT e pela coligação Lula Presidente, tendo como maior expoente o PT.

A produção deste autor é considerada uma referência tanto para o movimento cooperativista brasileiro ressurgido nos anos de 1980, quanto para as políticas governamentais de incentivo a empreendimentos econômicos solidários (EES), o que se refletiu na elaboração de uma política de Estado ampliada e incorporada pelo PT e seus aliados, e desenvolvida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Daremos destaque à sua tese da “revolução pacífica” por ela ser um dos elementos cruciais da proposta sustentada por Singer quando assumiu a titularidade da referida secretaria de governo.

A teoria da “revolução pacífica” está relacionada à proposta política de que a produção econômica desenvolvida por agrupamentos populares, cuja organização se dá através de modelos cooperativos e autogestionários, pode vir a construir outra lógica econômica, diferenciada da capitalista por não estar centrada no capital e no lucro, e sim focada no trabalho, no homem e nas relações de “solidariedade” e

---

<sup>31</sup> Singer teve uma trajetória ligada ao desenvolvimento dos partidos socialistas e do movimento social antes de tornar-se intelectual e homem de governo. Na juventude foi militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, posteriormente, do grupo Política Operária (POLOP), em período pré-ditatorial, sempre se colocando como anti-estalinista. Mais tarde, teve uma passagem pela USP, como professor titular do Departamento de Economia. Nesta Universidade contribuiu organicamente para a implantação do projeto pioneiro da incubadora de cooperativas populares. Foi membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em tal órgão representou a tese de defesa do papel da burguesia nacional e o não-intervencionismo estatal. Nos anos de 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), fazendo-o ter íntima relação com o sindicalismo cutista e influenciar teórico-politicamente a criação da ADS.

“cooperação”. Portanto, apresentando-se como um embrião de outra economia possível através do crescimento das unidades cooperativas, e capaz de subverter a lógica concorrencial da economia capitalista.

Esta teoria formulada por Singer foi amplamente aceita e defendida por teóricos e atores envolvidos com a chamada economia solidária. Porém, cabe destacar a controvérsia acerca do termo “economia solidária”, que não é um consenso entre os diferentes atores envolvidos<sup>32</sup>, existindo uma enorme variedade de terminologias, sendo as principais delas “sócio economia solidária” e “economia popular e solidária”. O termo “economia solidária” não foi apenas divulgado por Singer, mas também pelos seguintes agentes sociais: CUT, PT, ANTEAG, ADS e os núcleos universitários da Universidade Estadual de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a UNITRABALHO. Por sua vez, o termo “economia popular e solidária” é mais encontrado no Rio Grande

do Sul, e está vinculado às formulações teóricas de Gaiger<sup>33</sup>, que entende tais empreendimentos solidários como a gênese de uma economia popular e solidária. Já a “socioeconomia solidária” se difundiu mais em práticas cariocas, a partir de 2000, por ocasião do Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária. É utilizada principalmente por Arruda<sup>34</sup>, que acredita ser necessário destacar mais a dimensão social de uma economia de base solidária do que os seus aspectos econômicos. Esta perspectiva é sustentada basicamente pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e pela Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES).

Com relação às duas outras terminologias citadas, Paul Singer critica, acima de tudo, o adjetivo “popular” pelo seu aspecto restritivo frente à possibilidade de superação do modo de produção vigente, tão enaltecida por adeptos da economia solidária. Contudo, mesmo diante de controvérsias acerca do termo mais adequado, o que indica um debate em torno das concepções de economia e

<sup>32</sup> Utilizou-se como referência para este trecho o livro “Como organizar redes solidárias”, de Euclides André Mance (DP&A/FASE/IFiL, 2003). Este autor é filósofo, mestre em educação e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sócio-fundador do Instituto de Filosofia da Libertação (IFiL) e colaborador da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES).

<sup>33</sup> Luís Inácio Gaiger é sociólogo e professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), fundador, junto com Paul Singer, da UNITRABALHO, e é considerado um dos mais destacados pesquisadores do tema economia solidária.

<sup>34</sup> Marcos Arruda tem formação em filosofia, letras e geologia, possuindo doutoramento em educação e PHD em economia. Também é considerado um dos principais teóricos da economia solidária e um dos fundadores da RBSES. Atualmente, encontra-se vinculado à ONG internacional PACS.

solidariedade, o mais importante é a existência de um consenso entre os principais teóricos da “economia solidária” sobre a sua capacidade de transformar o modo de produção capitalista a partir da construção de outra lógica de organização da economia, negando a correlação com um processo revolucionário de transformação política.

Singer e a sua teoria da “revolução pacífica” tornaram-se referência fundamental para o campo da economia solidária, principalmente porque, com o advento do governo Lula, esta é assumida enquanto política estatal, ainda que em papel secundário, fazendo de Paul Singer titular da SENAES. Além de ser referência, também, para diversos agentes sociais, com destaque para a CUT, que solicitou colaboração do autor na elaboração de seu projeto de Economia Solidária.

Deste modo, a tese de Singer tenta recuperar uma noção de socialismo como “sociedade mais justa e mais livre” e, para isso, realiza um retorno ao socialismo pré-marxista, no sentido de que o modo de produção “socialista” deverá ser construído em competição com o capitalista no âmbito do mesmo, sendo que esta construção não deverá contar com a intervenção de um novo Estado – o socialista, ou derivar de qualquer outra forma de organização

política preconizada dentro do campo do socialismo, como o federalismo de base autogestionária e comunal. Segundo Singer, esse processo será consequência de uma construção dos próprios trabalhadores livremente associados, principalmente por meio de sua organização em cooperativas. No entanto, a proposição da econômica solidária entra em completa contradição com a sua posição à frente da SENAES, como agente promotor de política pública, intervindo politicamente no sentido de dar viabilidade à criação e manutenção de empreendimentos econômicos solidários.

Corroborando com a afirmação acima, Singer (2006:116) apresenta no trecho a seguir o papel da economia solidária:

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere a sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos que desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente.

Nesse sentido que Zaperlon (2003:73) afirma que a economia solidária

de Paul Singer<sup>35</sup> significa defender a possibilidade de transformação econômica e social sem transição e sem revolução política, isto é, através de uma “revolução pacífica”. A referida tese pode, então, ser enquadrada na corrente chamada de “novo socialismo utópico”, porque a mesma entende que reelabora os elementos do socialismo pré-marxista do século XIX, o que se explicita na ênfase dada ao cooperativismo. Tal perspectiva pode ser observada na Introdução da clássica obra “Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo”, de Singer (1998:10), destacada no trecho a seguir:

Mas, para poder fazer isso, tornou-se necessário reelaborar primeiro o conceito de revolução social. Revolução social designa o processo de passagem de um sistema socioeconômico (ou formação social) a outro. (...) a noção de revolução política ofuscou a de revolução social, por causa da tese (até há pouco predominante nos meios de esquerda) de que a condição necessária e suficiente para a conquista do socialismo seria a conquista do poder estatal por forças empenhadas naquele objetivo.

Singer (1998:11) defende uma revolução sem uso da violência, se opondo à experiência soviética ao questionar fundamentalmente o planejamento centralizado da produção. O postulado singeriano, então, depõe contra a

planificação, mantendo a lei do mercado, considerado como o melhor “planejador”, ainda que em uma sociedade socialista. Deste modo, são mantidos o mercado e o Estado, ficando as transformações apenas para o “mundo da fábrica”, já que o autor entende que houve um erro dos movimentos operários na construção do socialismo, como é apontado no trecho a seguir:

Foi um erro dos movimentos operários de inspiração marxista terem adotado, no fim do século passado, a tese de que a revolução social socialista seria consumada mediante uma única revolução política e que a efetiva construção do socialismo só começaria a partir do êxito desta revolução, consubstanciada na ‘tomada do poder’. (Singer, *ibidem*).

Portanto, Singer (1998:12) critica o processo revolucionário baseado na tomada do poder político e sua destruição ou reconstrução sobre novas bases, atribuindo, assim, o papel de “transformação” aos “implantes socialistas<sup>36</sup>”, que seriam, essencialmente, as “cooperativas operárias” e os sindicatos, os quais poderiam estimular, por sua dinâmica própria, mudanças sociais e culturais no âmbito do sistema capitalista. De acordo com o referido autor:

<sup>35</sup> Zaperlon (2003) faz um estudo sobre o socialismo, o papel das organizações não-governamentais, o sindicalismo e, mais especificamente, sobre a economia solidária no Brasil. Para discutir a questão do “novo socialismo utópico”, trabalhou com as obras de Paul Singer, Alain Bihr e os parceiros Antonio Negri e Michael Hardt, como expoentes desta corrente.

<sup>36</sup> Os chamados “implantes socialistas” no âmbito do postulado singeriano possuem, na verdade, caráter reformista. Deste modo, estão subordinados aos limites políticos e econômicos impostos pelo sistema capitalista.

Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura. (Singer, *ibidem*).

Zaperlon (2003:128-9) informa que Singer propõe um programa político alternativo como resposta ao fracasso das experiências marxistas (Leste Europeu e União Soviética), o que genericamente pode ser identificado como economia solidária. Ele retoma o chamado socialismo utópico de Owen e dos owenistas do século XIX, desprezando a análise das classes sociais e a respectiva luta entre as mesmas. Além disso, o autor (2003:135) afirma que o seu programa contém sólidos fundamentos no socialismo utópico do século XIX, por trazer o ideário da “revolução pacífica”, baseado na noção racional de justiça e na harmonização das classes.

## 2.2. ROBERT OWEN E O COOPERATIVISMO: NEM TÃO SOCIALISTA, NEM TÃO UTÓPICO

Na literatura contemporânea sobre cooperativismo, em especial a de Paul Singer, é comum atribuir aos “socialistas utópicos” Robert Owen, Charles Fourier<sup>37</sup> e Saint-Simon<sup>38</sup> o título de precursores teóricos deste movimento. Posição essa controversa diante de uma análise minuciosa da atuação dos participantes do movimento cooperativista da época, e que nos permite afirmar que Robert Owen, Saint Simon e Charles Fourier não eram nem tão “socialistas”, nem tão “utópicos”, muito menos os percussores do movimento cooperativista.

Vamos nos dedicar especialmente à crítica ao pensamento de Owen por ser o principal referencial teórico para a economia solidária, negar a revolução política e a defender a ordem capitalista e

<sup>37</sup> Nascido em 1772 na cidade de Bensaçon, França, François Marie Charles Fourier (1772-1837) era filho de comerciante. Iniciou estudos em Filosofia e Economia e, após servir ao exército na Revolução Francesa, abandonou as ciências para assumir a profissão do pai. Como comerciante, faliu em pouco tempo e passou a escrever sobre questões sociais e econômicas. Propunha a criação de pequenas unidades de produção e consumo autossuficientes, denominadas por ele como falanstérios, onde a distribuição de bens se daria de acordo com as necessidades e não haveria a separação entre trabalho e prazer.

<sup>38</sup> Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, nasceu em Paris em outubro de 1760. Ele era filho de família aristocrática e seguiu carreira militar. Em 1779, aos dezenove anos, foi enviado para a América do Norte para combater, como capitão, na Guerra de Independência dos Estados Unidos. Ao retornar para a França, trouxe consigo pesadas críticas à sociedade “feudal e teológica” europeia e parece ter aderido com entusiasmo aos ideais revolucionários burgueses, abrindo mão de seus bens e títulos de nobreza e refazendo fortuna como negociante. Com a radicalização da revolução durante a República Jacobina, o ex-conde, então membro da alta-burguesia, é preso. Libertado alguns meses depois, passa a se dedicar à pesquisa científica, primeiro da Matemática, até fixar interesse nos estudos da “ciência das sociedades”, orientada para a reestruturação da sociedade em moldes mais igualitários, mas negando a via revolucionária como estratégia de transformação.



seus ajustes através de políticas estatais de auxílio aos pobres, entendidas, de fato, como concessões das classes dominantes, no sentido de “dissolver” as desigualdade de classe, e criar uma relação de “harmonia” e solidariedade de interesses. Por isso, Owen é entendido, aqui, como um conservador, já que suas ações se davam no âmbito da filantropia e do paternalismo.

Assim, a trajetória política e intelectual de Robert Owen revela também que suas proposições se voltavam para a gestão e o controle social dos trabalhadores<sup>39</sup>, por meio das “comunidades de produção” e de “aldeias pobres cooperativas”. Sendo a New Lanark<sup>40</sup> [26] a materialização do seu projeto de criação das comunidades de produção e da sociedade industrial. No livro *“A New View of Society, Essays on the principle of the formation of the human Character, and the application of the principle to practice”* que Owen teoriza

sobre essa experiência, definindo os princípios e valores orientadores da nova sociedade.

As aldeias propostas por Owen seriam vilas modelos com refeitórios comuns, cozinhas públicas, escolas, bibliotecas, oficinas e enfermarias, nas quais se incentivaria o convívio comunitário. Elas estariam organizadas com base em um código de conduta moral e na formação dos chamados “núcleos sociais”, que previam, de acordo com o autor, três aspectos fundamentais: 1) a formação moral, física, mental e científica do homem - iniciada ainda na infância, com objetivo de garantir um caráter humano saudável; 2) a condenação do ócio - todos os homens trabalhariam ativamente e de forma útil, em funções previamente definidas, a partir da idade e da habilidade de cada um; 3) a qualidade de vida dos trabalhadores - a

---

<sup>39</sup> Este investimento era visto como um mecanismo capaz de conter o potencial revolucionário dos trabalhadores que assombrava a elite, amedrontada pelas lembranças recentes de diversas revoltas operárias e da participação popular na Revolução Francesa. Considerando as observações de Thompson (2002: 380-411) sobre o fato de que, na década de 80 do século XVIII, o movimento operário era bastante fragmentário, mas, já na década de 30 do século XX, a “classe operária não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita”, o fantasma da revolução havia deixado de ser uma mera suposição e tornou-se algo possível e real. Neste último período, os trabalhadores possuíam uma identidade acerca dos interesses e dos conflitos de classe, e, fundamentalmente, já tinham amadurecido a ideia da necessidade de um sistema alternativo.

<sup>40</sup> Owen torna-se proprietário da fábrica têxtil de New Lanark em 1799, podendo então aplicar na prática os seus ideais assistencialistas. Ele construiu novas áreas de residência para os trabalhadores da fábrica, diminuiu a jornada de trabalho, aumentou os salários, abriu uma escola e uma loja de alimentos, onde se vendia produtos não adulterados. A prática da adulteração era muito comum na época, pois dessa forma tornava-se possível oferecer mercadorias a preços mais baixos.

partir da garantia de educação, saúde, alimentação, vestimenta e habitação.

Thompson ressalta que as aldeias Owenistas eram, meramente, uma forma de promover a disciplina do trabalho e as adaptações das comunidades rurais escocesas à nova doutrina da fábrica, sendo a formação moral e a autodisciplina os meios necessários para garantir, em um contexto de miserabilidade da classe trabalhadora, o controle social dos pobres e miseráveis. Nas palavras de Thompson (2002: 380-411):

Num certo sentido, foi o ne plus ultra do utilitarismo planejando a sociedade como um gigantesco panopticon industrial; em outro sentido, extremamente admirável e generoso, foi um Hanway industrial, que pensava muito nas crianças, gostava de vê-las felizes, e ficava realmente chocado com a empedernida exploração delas(...). (...) ele queria (disse em 1817) “remoralizar as classes inferiores”. Ao lado de benevolente, as palavras que mais encontram nos primeiros textos de Owenistas eram “providenciadas para eles”. A educação devia imprimir no jovem idéias e hábitos que contribuirão para a felicidade futura do indivíduo e do Estado; e só pode ser alcançado instruindo-os para se tornarem seres racionais.

A contextualização da produção dessa obra corrobora com a afirmação acima, uma vez que o motivo exemplifica bem o investimento que o autor fez para o reconhecimento da sua proposta de reordenação social e de gestão dos pobres enquanto uma política de Estado, apresentando-a ao príncipe da Inglaterra. Seu eixo principal era a promoção do bem-estar do país e da sociedade em geral,

destacando, principalmente, o investimento que deveria ser feito na “formação moral dos trabalhadores” e na melhoria das condições de vida destes. Esta atitude deveria ser adotada pelas elites governantes como antídoto para evitar “revoluções ou guerras”. A garantia da “disciplina para o trabalho” estava também em jogo, considerando que os poderes governantes de todos os países estabeleceriam planos racionais para a formação geral e educacional do caráter de seus cidadãos, visando treinar as crianças nos bons hábitos desde sua tenra infância, pois precisariam ser racionalmente educadas e seu trabalho dirigido de forma útil.

No entanto, a relação de Owen com o Estado inglês foi superficial. Ele defendeu junto ao Parlamento um projeto de lei de proibição do trabalho infantil, o qual foi aprovado, embora com grandes modificações. E, no fim da guerra com a França, que levou o país a uma crise econômica e à aceleração da pauperização da classe trabalhadora, apresentou um relatório sobre a assistência aos operários pobres, defendendo, fundamentalmente, a reorganização da sociedade em pequenas aldeias, onde os desempregados fossem agrupados para desenvolver atividades agrícolas e industriais por meio de esforços solidários.

Owen propunha que estas aldeias fossem subsidiadas pelo Estado através de impostos, sendo que o direito à subvenção estatal seria garantido até o momento em que os trabalhadores atingissem independência econômica se tornassem seres “úteis”, “industriosos”, autodisciplinados e moderados. A vontade de ver a sua teoria social se transformar em uma política de Estado era o que justificava, então, estes inúmeros investimentos no reconhecimento, pelas elites e pelo Estado, da capacidade de sua lei social de conter os conflitos e promover a “harmonia social”.

Neste sentido, a análise histórica e sociológica do pensamento e da práxis owenista mostra que sua política não tinha o cunho socialista (de crítica ao capitalismo, seja de teor reformista ou revolucionário) e que as medidas postuladas por ele não eram “utópicas”, no sentido de suporem uma sociedade igualitária para o futuro. Trata-se de um idealizador das políticas assistencialistas e de “proteção e controle social”, tendo suas propostas caráter conservador uma vez que visavam o controle e a coerção social das classes trabalhadoras. No entanto, a sua política foi primeiramente implantada localmente e, depois, reutilizada de diferentes formas pelos Estados europeus, visando à gestão social dos pobres.

Portanto, teve repercussão no delineamento das políticas de Estado.

Considerando o que foi exposto, reivindicar Owen como uma referência teórica do “movimento cooperativo” não tem nenhum fundamento quando analisamos as suas obras e, muito menos, quando consideramos a sua relação com o movimento operário. Em primeiro lugar, porque as cooperativas já existiam na Inglaterra desde o final do século XVIII, não podendo fazer derivar tais experiências da obra deste autor. E, depois, porque Owen se manteve sempre distante, tendo contatos apenas esporádicos com o movimento operário geral e com o próprio “owenismo” (operários que procuraram aplicar os princípios da obra de Owen).

As comunidades fundadas por iniciativas independentes de Owen e de seus discípulos haviam se agrupado em uma federação de auxílio mútuo, e muitos artesãos e pequenos comerciantes diziam-se influenciados pela sua obra. No entanto, estas experiências eram vistas com grande desconfiança por parte de Owen, que sempre buscou o apoio das classes dirigentes, e manteve uma relação ínfima com o movimento operário, podendo ser exemplificada pela própria reflexão do autor, registrada na obra de Thompson (2002:382): “*Os operários e as classes*

*trabalhadoras, nessa época, eram estranhos a mim e a todas as minhas ideias e intenções”.*

Mesmo sem o reconhecimento do fundador da doutrina, já havia, desde o início da década de 1830, sindicatos que se diziam orientados pelo owenismo. Em 1830, John Doherty havia fundado a *Association of United Trades*, em Manchester, primeiro sindicato geral, que reunia várias seções locais de ofícios. E, em 1833, o sindicato dos construtores converteu-se à doutrina, dando origem à Corporação Nacional dos Construtores. No mesmo ano, nasceu em Londres uma grande confederação sindical inspirada nos mesmos princípios, denominada *Grand National Consolidated Trades-Union*, com quinhentos mil adeptos. Sua carta constitutiva pregava o estabelecimento de direitos supremos do trabalho e o auxílio mútuo entre seus integrantes, com o objetivo de criar um “novo estado de coisas”. Este sindicato teria como objetivo convencer os trabalhadores em favor do socialismo, criando uma Câmara das Profissões, que viria substituir, pela supremacia da razão, a Câmara dos Comuns, mas sempre rejeitando o método revolucionário como estratégia de ação da luta de classe. Os princípios do owenismo foram logo superados, perdendo espaço para outras vozes que surgiam no meio

sindical e apresentavam formas de luta mais eficientes, como as greves.

Após o fracasso de alguns experimentos e sem mais alternativas, Owen começa a reconhecer o movimento sindical, tentando transformar as *trade-unions*, que se constituíam espontaneamente na Grã-Bretanha, em agrupamentos produtivos, destinados a substituir o Estado. O sindicalismo, mesmo que por caminhos tortuosos, passava a ser reconhecido pelo autor como um setor estratégico para a constituição da nova sociedade. Contudo, esta aproximação nunca aconteceu de fato, e não lhe rendeu frutos.

As razões para este insucesso podem ser compreendidas pelas análises de Thompson (2002:380-411), que mostram como até os movimentos operários não sustentados numa teoria social construtiva e de perspectiva reformista, acusavam as propostas de Owen de serem velhas formas das elites promoverem a filantropia e a caridade. O que se pode afirmar é que o owenismo possuía dois elementos fundamentais, pouco divulgados, que são o seu caráter filantrópico e o fato de ter se constituído a partir da apropriação de algumas noções do pensador, que foram radicalmente readaptadas e modificadas pelos trabalhadores, de acordo com os

contextos sociais específicos de seu desenvolvimento.

Com o fechamento das *trade-unios* e com o enfraquecimento das cooperativas que se desenvolveram ao redor delas, Owen, junto com os discípulos que ainda permaneciam fiéis, fundou a “Associação Unificada, Britânica e Estrangeira, do Trabalho, da Humanidade e da Ciência”. Esta associação era uma organização de caráter filantrópico, que defendia a reconciliação das classes e a união da humanidade em uma federação de comunas autônomas. Cinco anos mais tarde, a organização se transformou em uma seita que pregava uma religião racional, chegando a contar com setenta mil adeptos. No ano de 1839, este mesmo grupo fundou uma nova comunidade de caráter messiânico em Queenwood, Hampshire. O empreendimento fracassou em 1845, uma vez que os colonos se mostraram incapazes de viver com os próprios recursos.

Os chamados “socialistas utópicos” estavam profundamente imbuídos de um ideal de “harmonia social” e propunham cada qual a sua maneira, uma reforma da sociedade para aperfeiçoar o mundo industrial nascente na Europa do século XVIII e, conseqüentemente, a humanização do capitalismo. A principal característica que norteia os três autores era a proposta de

formar comunidades pré-fabricadas (falanstérios, aldeias cooperativas e outros), que teriam a função de moralizar e disciplinar as classes trabalhadoras e os pobres. Atribuía-lhes a capacidade de pôr fim às mazelas e conflitos sociais presentes na pungente sociedade capitalista europeia. Estas comunidades ilusórias estariam imunes à miséria humana, às desordens e violência entre classes sociais.

O processo de mudança social e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária seria necessariamente alcançado com a aplicação de suas leis, acontecendo sem alteração da ordem, danos ou abolição da propriedade privada. Eles apostavam que a harmonia social poderia ser promovida a partir de condições asseguradas pela razão, bastando uma formação moral e atitude racional dos indivíduos, ou mesmo a existência de um governo racional para promover a mudança.

Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, por realizarem a crítica ao comércio desleal e à desigualdade social existente no sistema capitalista, foram logo identificados como “socialistas”. Apesar de assim classificados, e de reconhecerem o antagonismo de classes, estes autores não defendiam o fim da propriedade privada e a superação do modo de produção capitalista.

Além disto, negavam qualquer possibilidade de autonomia e de organização política dos trabalhadores enquanto classe, principalmente aquelas baseadas em métodos revolucionários. Desacreditavam, também, o processo revolucionário como condição necessária à libertação da exploração econômica. Não defendiam a emancipação dos trabalhadores e o fim do domínio de uma classe social sobre a outra. Ao contrário, acreditavam que os conflitos de classe seriam apaziguados pela “revolução racional”, que resultaria na construção de uma sociedade pré-fabricada pelas classes privilegiadas e governantes.

Esta perspectiva política explica todo o investimento feito para convencer as classes dominantes e os representantes do Estado a investirem nos seus experimentos “fantásticos” e o distanciamento das classes trabalhadoras. De uma maneira geral, os referidos autores antecipavam a necessidade do Estado e das elites promoverem políticas sociais como meio de apaziguar o conflito de classe. Pode-se recorrer à análise realizada no Manifesto Comunista para demonstrar que, apesar de também terem sido classificados por Marx e Engels como “socialistas utópicos”, estas características dos seus projetos já haviam sido denunciadas:

(...) Os inventores destes sistemas reconhecem sem dúvida o antagonismo das classes, assim como a eficácia dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não veem nenhuma atividade histórica autônoma da parte do proletariado, nenhum movimento que lhe seja próprio. Como o desenvolvimento do antagonismo de classe acompanha o desenvolvimento da indústria, eles não encontram as condições materiais para a emancipação do proletariado, e põe-se a procurar de uma ciência social, de leis sociais, para criar tais condições (...). (...) No lugar da atividade social precisam colocar sua própria atividade pessoal inventiva; no lugar das condições históricas da emancipação, condições fantásticas; no lugar da organização gradual do proletariado em classes, uma organização pré-fabricada por eles mesmos. A futura história do mundo, para eles, resolve-se na propaganda e na realização prática de seus planos de sociedades (...). (...) Procuram portanto, e nisto são consequentes, atenuar mais uma vez a luta de classes e conciliar os antagonismos. Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais, com o estabelecimento de falanstérios isolados, a criação de home-colonies em seus países, a fundação de uma pequena Içaria – edições in-12 da Nova Jerusalém; e, para a construção de todos esses castelos no ar, são obrigados a apelar para a filantropia dos corações e dos bolsos burgueses. Pouco a pouco, caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores acima descritos, deles se distinguindo apenas o pedantismo mais sistemático e por uma fé fanática e supersticiosa na eficácia milagrosa de sua ciência social. Por isso opõem-se encarniçadamente a todo movimento político dos operários, pois ele apenas poderia provir de uma cega falta de fé no novo evangelho (...). (MARX e ENGELS, 2006:76-78).

Evidencia-se o aspecto filantrópico dos três autores quando estes defendem que as ações sociais de melhoria das condições de vida e de existência das classes trabalhadoras devem ser geridas pelos segmentos mais abastados da sociedade. As ações filantrópicas poderiam se constituir em ações individuais de doação ou se estabelecerem em um campo institucionalizado. De acordo com suas propostas, estas ações deveriam ser promovidas pelo Estado através de políticas

de auxílio à classe trabalhadora, que seriam garantidas por concessões feitas pelas classes dominantes aos dominados, produzindo, assim, a solidariedade e dissolvendo as desigualdades entre as classes. Já a negação da capacidade da classe trabalhadora construir um movimento próprio e autônomo revela o forte conteúdo paternalista das proposições. Ainda que seja comum aos três uma proposta essencialmente filantrópica, conservadora e paternalista, cada um tinha a sua especificidade e elaborou a seu modo um modelo de sociedade e de soluções.

Por fim, as cooperativas não foram resultado da aplicação *a posteriori* das ideias sustentadas pelos “socialistas utópicos”. Elas surgiram como parte da experiência da classe trabalhadora, juntamente com os sindicatos. Por isso, o cooperativismo foi visto por intelectuais e políticos como Owen com muita desconfiança, e foi, no máximo, associado à ideia de “aldeias cooperativas e núcleos sociais”, como instrumento de política de Estado ou agente de um movimento milenarista. Cabe destacar que o cooperativismo enquanto fenômeno e ação da classe trabalhadora foi teorizado no interior do próprio movimento operário e socialista por pensadores como Marx, Bakunin, Rosa Luxemburgo e Lênin. A seguir, apresentaremos as questões centrais

do debate teórico deste campo acerca do tema.

### **3. COOPERATIVISMO E SOCIALISMO REFORMA E REVOLUÇÃO: O CARÁTER E OS LIMITES DAS COOPERATIVAS**

O debate mais importante sobre o cooperativismo foi travado no último quartel do século XIX e início do século XX, mas onde tal debate foi realizado de maneira explícita? Foi exatamente no interior do movimento operário e socialista, que mantinham relações orgânicas com as cooperativas da época. As cooperativas surgidas de forma mais ou menos paralela aos sindicatos, foram analisadas de maneira muito cuidadosa e crítica por anarquistas e comunistas, reformistas e revolucionários. Desta maneira, a ideia de que as cooperativas representam uma força revolucionária “em si” é estranha ao socialismo. Um papel tão destacado só foi atribuído às “aldeias cooperativas” por Owen, no quadro de uma política de Estado intervencionista, paternalista e conservadora. Com relação a este debate, é interessante observar o profundo grau de concordância entre autores de posições distintas como Marx e Bakunin.

Na realidade, os intelectuais socialistas colocaram o problema das cooperativas em face de dois outros

problemas: 1) o do “projeto político” ou da revolução socialista; 2) o das relações de produção capitalistas. Assim, as cooperativas não teriam um significado e uma importância em “si”, mas teriam sua relevância determinada de acordo com o projeto político a que se vinculavam (revolucionário ou não) e pela sua inserção numa “sociedade de classes”, ou numa “sociedade pós-revolucionária” (socialista). Aqui, tentaremos recuperar o problema das cooperativas em dois grandes momentos: o da “Primeira Internacional” (1864-1876) e os das situações pré e pós-revolucionárias (tomando como marco as revoluções russas de 1905 e 1917).

O debate sobre o cooperativismo mobilizou, então, alguns esforços teóricos e analíticos. As posições de Bakunin e Marx com relação ao tema estão expressas em dois textos, respectivamente “Estatismo e Anarquia” (1873) e “Crítica ao Programa de Gotha” (1875), que fazem parte de um mesmo contexto histórico. O texto de Marx é uma crítica do Programa do Partido Operário Alemão e da proposta de programa de unificação com os lassaleanos<sup>41</sup>. No item 3 do texto, ele comenta criticamente que:

Depois da «lei de bronze do salário» de Lassalle, a panacéia do profeta. «Preparam-se as vias» de uma maneira digna. Substitui-se a luta de classes

existente por uma fórmula oca de jornalista: a «questão social», para cuja «solução» se «preparam as vias». Em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, «a organização socialista do conjunto do trabalho» «resulta» da «ajuda do Estado», ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) «criou». Acreditar que se pode construir uma sociedade nova por intermédio de subvenções do Estado tão facilmente como se constrói um novo caminho de ferro, eis uma coisa bem digna da Imaginação de Lassalle! (MARX, 1875).

É visível então, que no texto existe uma recusa em aceitar o papel de “transformação” gradualista da sociedade por meio das cooperativas. Na realidade, a crítica recusa o papel atribuído às cooperativas de substituir a luta de classes. Marx adiciona ainda um ponto fundamental - as cooperativas só teriam um real valor se fossem criadas e mantidas pelos próprios trabalhadores, independentemente das subvenções estatais:

Dizer que aos trabalhadores querem instaurar as condições da produção colectiva à escala da sociedade e, para começar, no seu país, à escala nacional, significa somente que eles trabalham para derrubar as condições de produção actuais; e isso não tem nada que ver com a criação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado. E quanto às sociedades cooperativas actuais, elas só têm valor enquanto são criadas independentes nas mãos dos trabalhadores e não são protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (MARX, *ibidem*).

Por maiores que fossem as divergências com Marx, Bakunin tinha posicionamento similar. Em seu livro “Estatismo e Anarquia”, mais especificamente no apêndice, há uma carta

<sup>41</sup> Termo empregado para designar os adeptos da política defendida por Ferdinand Lassalle (1825-1864), um dos principais precursores da socialdemocracia alemã.



endereçada aos militantes russos, com orientações sobre o trabalho revolucionário junto às massas. E Bakunin discorre criticamente acerca das cooperativas:

A cooperação, sob todos os aspectos é, sem sombra de dúvida, uma forma equitativa e racional do futuro sistema de produção. Contudo, para que ela possa alcançar seus objetivos, que são a emancipação das massas laboriosas, sua retribuição em função do produto integral do seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer forma que seja, deve ser convertida em propriedade coletiva. Enquanto isso não for feito, a cooperação, na maioria dos casos, será esmagada pela concorrência todo poderosa do grande capital e da grande propriedade fundiária; nos raros casos em que por exemplo, esta ou aquela sociedade de produção, funcionando de modo forçoso mais ou menos fechada, conseguir suportar e sobrepujar esta concorrência, este êxito terá como único resultado engendrar uma nova classe privilegiada de felizes cooperadores na massa miserável dos proletários. Assim, nas condições atuais da economia social, a cooperação não pode proporcionar a emancipação às massas operárias, entretanto, oferece a vantagem, mesmo agora, de habituar os trabalhadores a unirem-se, organizarem-se e conduzirem seus próprios interesses. (BAKUNIN, 2003: 240-241).

Vemos então que a posição de Bakunin é a de marcar com clareza as limitações das cooperativas e indicar que a “cooperação” não substitui a ação revolucionária de massas como projeto político, nem se apresenta como alternativa eficaz para isto. Por outro lado, a própria economia capitalista limita as possibilidades de sobrevivência das cooperativas, e aquelas que subsistem são as que têm a tendência de se adaptar aos marcos do capitalismo, perdendo qualquer tarefa de “transformação social global”. Esta é a contradição econômica e a

limitação política do cooperativismo no âmbito do capitalismo.

Porém, ao mesmo tempo, Bakunin indica a importância das cooperativas para a educação dos trabalhadores na gestão e no trabalho coletivo, como medida de preparação das futuras instituições da sociedade socialista. As posições de Marx e Bakunin são similares no que diz respeito a este tema, porque ambas se amparam nas formulações da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), mais especificamente, em algumas de suas resoluções entre 1865 e 1867.

A polêmica sobre as “cooperativas”, a “cooperação” e o “cooperativismo” reapareceria cerca de vinte anos depois, especialmente através do debate de Rosa Luxemburgo com Eduard Bernstein. O livro de Bernstein, chamado “Socialismo Evolucionário” (1903), pode ser colocado como uma retomada do antigo projeto político do Partido Operário Alemão, e também do “lassaleanismo”.

Bernstein afirma que seus escritos não negam a “conquista do poder político” pelo proletariado político e economicamente organizado. Ao contrário, Bernstein nega a conquista revolucionária do poder e defende a ação gradual e pacífica, através das eleições e da democracia. Ao fazer a crítica à ideia de

uma “catástrofe revolucionária”, ele entende que a sociedade capitalista tinha entrado em uma fase de estabilidade e que não se poderia esperar, então, uma revolução para realizar a conquista do poder.

Bernstein redefine a própria noção de socialismo, indicando que pelo termo se entenderiam diferentes conteúdos, desde aspectos jurídicos (como justiça e igualdade), até de ciência social (luta de classes e economia cooperativa). Contudo, o autor entende que a concepção mais correta é a que tem como princípio o conceito de “associação”. Justifica esta afirmativa enfatizando que a palavra expressa tanto a relação econômica quanto a jurídica, e defende a concepção de socialismo como um movimento que busca a construção de uma sociedade baseada no princípio associativo<sup>42</sup>.

Para Bernstein, são condições preliminares da realização do socialismo: 1) a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista (organização de cooperativas de produção e de troca); 2) o exercício da soberania política pelo partido da classe trabalhadora (social-democrata). Essas condições preliminares para a socialização da produção e da

distribuição não estariam na centralização antecipada, e sim na conquista do poder político pelo proletariado a partir da via parlamentar. O projeto político, então, é bem delineado: o socialismo é dissociado da eliminação (integral e definitiva ou mesmo parcial e transitória) da propriedade privada e é colocado como sinônimo da “associação”. Para viabilizar o princípio da associação (como meio de realização do conceito de justiça) seria necessária, como condição prévia, a “conquista do poder político” pelo proletariado. Uma vez conquistado tal poder, as cooperativas seriam um instrumento essencial do Estado.

Bernstein faz um exame crítico da posição de Marx sobre as cooperativas, tentando reabilitar a importância crucial das mesmas para a social-democracia, mas faz a distinção conceitual entre cooperativas de produção e cooperativas de consumo, aceitando a existência apenas destas últimas. Segundo o autor, as cooperativas de produção tenderiam ao fracasso, porque não eram socialistas por princípio, nem democráticas, apenas individualistas. Para ele, há uma contradição inerente à cooperativa de produção, que para crescer precisa romper com a igualdade, senão fracassa. Além disso, a cooperativa de produção gera conflito na medida em que

<sup>42</sup> Aqui Bernstein rompe com a teoria marxista de que o socialismo é uma fase de transição na qual se estabelece a “Ditadura do Proletariado” e também mostra a sua diferença em relação à Bakunin, para quem o socialismo era sinônimo de coletivização dos meios de produção e destruição do Estado.

busca lucro, pois todos os compradores lutam para rebaixar os preços dos produtos, e, para que isso ocorra, é preciso explorar a mão de obra.

Outro fator problemático neste tipo de cooperativa é a questão da gerência. Bernstein acredita que a solidariedade entre trabalhadores com diferentes níveis e modos de vida é moderada, e que uma cooperativa com gerência socializada só pode ser possível em um empreendimento no qual estejam reunidos trabalhadores não-diferenciados. O autor ainda acredita que o dividendo (excedente) é a “maçã do pecado” do movimento cooperativo, porque as sobras não seriam suficientes para garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Segundo ele, apenas a cooperativa de consumo tem o efeito de reduzir o custo dos produtos e, assim, gerar um aumento da renda do trabalhador.

Pode-se concluir que a formulação de Bernstein tem caráter ambíguo: é ao mesmo tempo um meio de defesa das cooperativas de consumo e uma arma de crítica contra as cooperativas de produção. Assim, no projeto de Bernstein, desenvolvido no livro *Socialismo Evolucionário*, as cooperativas de consumo subsidiadas pelo Estado são o principal instrumento de criação de “igualdade” e de construção de um

“socialismo democrático”, que não ataca a propriedade privada dos meios de produção.

Rosa Luxemburgo, no seu livro “Reforma ou Revolução” (1900), faz um debate crítico da teoria de Bernstein, apontando um aspecto “híbrido e contraditório” das cooperativas, em especial das cooperativas de produção. A contradição está na existência de uma produção socializada que continua estabelecendo suas trocas em um sistema capitalista. A autora ressalta que é o processo de troca capitalista (comercialização das mercadorias), marcado pela concorrência, o momento em que ocorre o impulso para a prática de métodos de exploração da força de trabalho e para a dominação da produção pelos interesses capitalistas.

Diante disto, a empresa capitalista para sobreviver precisa, de acordo com o contexto, intensificar a exploração sobre o trabalho, encurtando ou prolongando a sua duração e contratando ou dispensando mão-de-obra. Assim, as cooperativas vivem a contradição entre os interesses dos operários e a necessidade de assumir uma produção nos moldes capitalistas. Nos casos em que o interesse dos operários se torna mais forte, elas se dissolvem diante da concorrência do mercado capitalista. Rosa

discorda que seja a “falta de disciplina” dos operários a causa da falência destas organizações, como apontado por Bernstein.

A autora ainda analisa a situação em que a cooperativa suprime artificialmente a contradição entre o modo de produção e de troca, subtraindo a lei da livre concorrência. Neste caso, a cooperativa de produção asseguraria um mercado consumidor através da cooperativa de consumo. Segundo ela:

Verifica-se que a existência da cooperativa de produção liga-se, actualmente, à existência da cooperativa de consumo; do que resulta deverem as cooperativas de produção contentarem-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitarem-se aos produtos da primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. Todos os sectores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e por consequência da cooperativa de produção. É por isso que, mesmo abstraindo do seu carácter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da actual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média. (LUXEMBURGO, 2002, Parte II, item 2).

A posição de Rosa retoma assim a polémica existente em torno da relação das cooperativas com os projetos políticos. Por sua vez, Bernstein se inscreve nos marcos de uma política reformista que indica que os sindicatos devem cumprir um papel na democratização do lucro industrial, enquanto as cooperativas de consumo

atuam sobre o lucro comercial. Nesse sentido, Rosa traz em questão a crítica da concepção política global em que tais premissas acerca do cooperativismo são expostas.

A referida autora adiciona uma reflexão importante sobre as cooperativas em geral: a viabilidade das cooperativas de produção estaria associada necessariamente à existência de cooperativas de consumo, elemento que, se estava presente em Bernstein, não o estava de forma tão enfática. Se por um lado a articulação garante a viabilidade dos empreendimentos cooperativos, por outro ela os restringe aos ramos secundários da economia capitalista. A polarização política e teórica do cooperativismo está inserida no quadro da cisão da social-democracia internacional em uma ala revolucionária e uma ala reformista. A importância exacerbada atribuída às cooperativas e sua função está associada às posições reformistas.

Assim foi pelo menos até a Revolução Russa de 1917. Os acontecimentos desse ano mudaram as posições de um setor importante da social-democracia, os “bolcheviques”, ou pelo menos de sua principal liderança, Lênin. O texto de Lênin “Sobre o Cooperativismo” pertence a um contexto determinado: o do período pós-revolucionário da Rússia de

1917. Neste sentido, o debate colocado por ele deve ser entendido à luz da sua teoria sobre o período de “transição para o socialismo”. O texto é do ano de 1923, depois da implantação da Nova Política Econômica (NEP). Um primeiro elemento importante da abordagem sobre o cooperativismo é o seguinte:

Nos sonhos dos velhos cooperativistas há muita fantasia; tanta, que frequentemente acabam sendo cômicos. Em que consiste essa fantasia? Em que as pessoas não compreendem a significação fundamental, essencial, da luta política da classe operária para derrubar a dominação dos exploradores? Derrotamos a dominação dos exploradores, e muito do que era fantástico, inclusive romântico, trivial nos sonhos dos velhos cooperativistas é agora simples realidade. (LÊNIN, 1988, p. 339).

O argumento do autor indica o que seria a falha do cooperativismo, e porque as cooperativas, depois da experiência histórica da Revolução Russa, adquiriram outro e importante significado. Uma vez que o poder estatal estava nas “mãos da classe operária”, as cooperativas teriam uma importante função na construção do socialismo:

Com a maioria da população organizada em cooperativas, o socialismo, que antes despertava justificadas risadas, gozações e atitudes desdenhosas por parte dos que estavam convencidos, e com razão, da necessidade de fazer-se a luta de classes, a luta pelo poder político, atingira forçosamente seu objetivo. (LÊNIN, *ibidem*).

A questão apontada por Lênin é que muitos militantes do Partido Comunista de

então não tinham percebido a mudança histórica e desprezavam, por isto, a função das cooperativas. Desta forma, o autor se coloca como um defensor destas como um dos instrumentos da política econômica do Estado Socialista. Com efeito, havia duas razões de ser para as cooperativas na Rússia pós-revolucionária: 1) a necessidade de tirar o camponês da produção individualizada; 2) a necessidade de fazer isso por meios “pedagógicos”, através do ensino da experiência do trabalho cooperativo, um período de “desenvolvimento cultural de todo povo”. Subjaz na análise de Lênin a tese do atraso da Rússia, materializada, nesse caso, pelo atraso do camponês em relação aos modos de produção e, também, em relação à cultura europeia<sup>43</sup>. Por isto, as cooperativas seriam um meio econômico de encaminhar a transição socialista diante do atraso camponês, e deveriam receber privilégios econômicos, financeiros e bancários por parte do Estado Soviético, além de desenvolverem outro sistema de prêmios (LÊNIN, *op.cit*, p. 342).

A política de incentivo ao cooperativismo também tinha um sentido macroeconômico, representado pelo debate sobre os instrumentos de política econômica empregados pelo Estado

<sup>43</sup> Lênin afirmou que os comerciantes russos negociavam à maneira asiática e que, para ser um bom comerciante, era preciso fazê-lo à maneira europeia.

Soviético, dos quais faziam parte o incentivo ao “Capitalismo de Estado”<sup>44</sup>. Neste sentido, Lênin faz uma caracterização da diferença entre empresas cooperativas sob diferentes “regimes” econômicos:

Sob o capitalismo privado, as empresas cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas do mesmo modo que as empresas coletivas se diferenciam das empresas privadas. Sob o Capitalismo de Estado, as empresas cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas estatais, em primeiro lugar porque são empresas privadas, e em segundo lugar, porque são empresas coletivas. Sob o nosso sistema atual, as empresas cooperativas se diferenciam das empresas capitalistas privadas porque são empresas coletivas, mas não se diferenciam das empresas socialistas se a terra em que se encontram e os meios de produção pertencem ao Estado, isto é, a classe operária. (LÊNIN, op.cit, p. 344).

Por essa razão, Lênin afirma que o desenvolvimento da cooperação tem identificação com o desenvolvimento do socialismo, o que implica no deslocamento da luta política para o trabalho “*pacífico, organizativo, cultural*”. “*Diria que nosso trabalho se desloca para o trabalho educativo, se não fosse por nossas relações internacionais (...)*” (LÊNIN, op.cit, p. 345). Afirma também que a aquisição da “cultura” pelo camponês é um pressuposto para o desenvolvimento das cooperativas. Nesse sentido, fala de uma revolução cultural como tarefa para a construção do socialismo.

Em síntese, podemos destacar dois elementos importantes das formulações de Lênin: 1) a diferenciação dos significados e papéis históricos das cooperativas, se estão sob regime capitalista ou não; 2) a diferenciação das empresas cooperativas em relação às demais empresas sob o capitalismo “privado” ou de “Estado”, mostrando que existe uma divergência conceitual entre “empresas cooperativas” e “empresas estatais”.

O conjunto de textos e autores analisados aqui resume as principais posições existentes dentro do movimento socialista. Pode-se dizer que existem duas posições configuradas ainda em meados do século XIX, à época da “Primeira Internacional”: a análise socialista e revolucionária do cooperativismo (que está presente em Marx e Bakunin) e a posição dos lassaleanos.

A primeira considerava que as cooperativas eram marcadas por uma “limitação” objetiva imposta pela sociedade capitalista, e que seu papel era “educativo”, consistindo em preparar os trabalhadores para autogerirem empreendimentos econômicos, que seriam formas subsidiárias das organizações de classe revolucionárias. De acordo com tal

<sup>44</sup> Lênin caracterizou a existência de diferentes setores econômicos na Rússia do período pós-guerra: o setor da pequena produção camponesa, o capitalismo de Estado e outros. Entre eles, o capitalismo de Estado era uma forma que preparava várias das condições para o desenvolvimento do setor socialista.

perspectiva, as cooperativas teriam uma importância maior na situação pós-revolucionária, quando assumiriam o caráter de organização nacional da produção.

A outra posição, que surge com os lassaleanos no mesmo período, tem inclinação “reformista”. Considerava a conquista pacífica do poder político e acreditava que a transformação social aconteceria de forma gradual, pela intervenção do Estado burguês. Nessa visão, as cooperativas seriam instrumentos da política de Estado, que organizaria a relação de produção e consumo, subsidiaria as cooperativas com crédito e garantia, assim, a redistribuição da riqueza na sociedade capitalista, sem expropriação e sem revolução.

Um ponto em comum desse debate é que a análise da experiência das cooperativas de produção mostra como sua contradição inviabiliza uma função “popular”, ou seja, a de garantir o acesso cooperativo à riqueza. Ele também aponta para o fato dessas cooperativas só serem viáveis quando existirem junto com cooperativas de consumo. De maneira geral, podemos afirmar, em síntese, que para os revolucionários as cooperativas teriam uma função mais importante na situação pós-revolucionária, depois da

destruição do capitalismo, para os reformistas, elas seriam, em si, o meio de reforma ou melhoria do capitalismo, desde que conjugadas com a ação sindical e partidária.

#### 4. CONCLUSÕES

Nesse sentido, entendemos que o ideário da “revolução pacífica” está articulado com a ação concreta observada no campo da economia solidária, sendo esse campo expressão hoje de um cooperativismo sindical-popular atrelado à política de Estado e em correspondência inequívoca com o receituário da política neoliberal adotada internacionalmente. Com relação às políticas públicas, o referido receituário, ao pregar um Estado mínimo, defende na verdade políticas assistencialistas e minimalistas, no sentido de ampliar espaços para a atuação de parceiros (terceiros), no qual a economia solidária se apresenta como proposta de inserção produtiva precarizada da classe trabalhadora, configurando-se numa gestão social dos mais pobres.

Por essa razão, a partir de 1990 assistimos o crescimento do chamado Terceiro Setor, que atua enquanto órgão não-governamental (paraestatal) e se abstém do caráter reivindicativo e de assessoria a movimentos sociais de outrora, assumindo um perfil empresarial. Ele,

financiado em larga escala por agências governamentais e organismos multilaterais, se beneficia da perspectiva assistencialista das políticas de governo e é o seu grande parceiro na execução das mesmas.

Nesse bojo se encaixa a economia solidária, já que ela é desenvolvida institucionalmente no sentido de ser uma política “pobre para pobre”, sendo incapaz de resolver as dificuldades centrais das cooperativas e impulsionar transformações socioeconômicas significativas no cenário brasileiro. Como pano de fundo, o objetivo é conter o potencial revolucionário das “classes perigosas” e oferecer-lhes mínimos sociais como compensação a sua condição de exclusão, em outras palavras, é fazer a gestão da pobreza e manter o Estado enquanto meio de controle social.

Além disso, a sua proposta política representa a tentativa de ampliar o controle ideológico sobre a classe trabalhadora, porque anuncia a “boa-nova” do caminho de não-ruptura com o sistema capitalista. Desse modo, os novos socialistas utópicos pregam a economia solidária como uma espécie de “capitalismo social”, socialmente responsável, em torno do qual toda a humanidade deveria se unir, desconsiderando os inerentes conflitos de classe para buscar uma espécie de “ilha da fantasia”, como propunha Thomas More

em sua clássica obra: “A Utopia”. De fato, esta “nova utopia socialista” propõe a alienação da classe trabalhadora ao estimular a busca da “terra prometida” e do “eldorado da felicidade”, idealizando messianicamente um lugar novo e puro onde existiria a sociedade perfeita. Observamos, então, que os limites políticos e econômicos da economia solidária impedem que ela se constitua em uma forma de organização popular e, conseqüentemente, uma via de transformação social.

Por fim, entendemos que o cooperativismo de base sindical-popular deve recuperar o caráter pedagógico defendido pelos teóricos socialistas analisados, com vistas a uma formação política que aposte na necessidade de vinculação a movimentos sociais e sindicais. Nesse sentido, propomos que a mobilização da classe trabalhadora no âmbito do cooperativismo não signifique um fim em si mesma, mas a volta do cooperativismo societário a sua matriz sindical e socialista, com caráter pedagógico e atenta aos limites apontados de sua existência numa economia capitalista pelos socialistas, e ainda vinculada à longo prazo a um projeto revolucionário e emancipatório da classe trabalhadora.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTEAG. (2000), *Autogestão* (informativo). São Paulo, ANTEAG, n. 3, ago./set.

BAKUNIN, Mikhail. (2003), *Estatismo e anarquia*. São Paulo, Imaginário.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. (2007), *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de trabalho e renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Cortez.

BERNSTEIN, Eduard. (1997), *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Instituto Teotônio Vilela/Jorge Zahar. (Coleção Pensamento Social Democrata).

CULTI, Maria Nezilda. (2007), *O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt.htm>. Acesso em: 10 de Jul. 2007.

IBAM/COMUNIDADE SOLIDÁRIA/IPEA. (1997), *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares COPPE/UFRJ*, In: *Experiências Inovadoras 2*. Rio de Janeiro: Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida / Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP).

GARCIA, Victor. (2003), *La internacional obrera: Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional*. Disponível em: <http://www.antorcha.net/biblioteca>. Acesso em: 05 de Jul. 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Uliânov. (1988), *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. São Paulo, Oficina de Livros (Coleção Fundamentos).

LUXEMBURGO, Rosa. (2008), *Reforma ou Revolução*. Disponível em:

<http://www.marxists.org/>. Acesso em: 20 de Maio. 2008.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. (2001), *Sindicatos, Cooperativas e Socialismo*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MANCIE, Euclides André (org.). (2003), *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro, DP&A/FASE/IFIL.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. (2008), *Crítica ao Programa de Gotha*. Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 20 de Maio. 2008.

\_\_\_\_\_. (2006), *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Martin Claret.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Dados extraídos do sítio da OCB. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 10 de Out. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2019)*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 31 de Jul. 2020.

OWEN, Robert. (2007), *A New View of Society, Essays on the principle of the formation of the human Character, and the application of the principle to practice*. Disponível em: <http://www.marxists.org>. Acesso em: 05 de Jul. 2007.

PETITFILS, Jean Christian. (1977), *Os Socialistas Utópicos*. São Paulo, Círculo do Livro.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. (1987), *O que é cooperativismo*. São Paulo, Brasiliense (Coleção Primeiros Passos).

SAINT-SIMON, Conde de; HENRI DE ROUVROY, Claude. (2004), *Cartas de um habitante de Ginebra a sus*

*contemporaneous*. Disponível em: <http://www.antorcha.net/biblioteca>. Acesso em: 05 de Jun. 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. (2007), *Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2006*. Brasília, SENAES/MTE.

SINGER, Paul. (1998), *Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo*. Petrópolis: Vozes.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. (2007), *Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores*. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt.htm>. Acesso em: 10 de Jul. 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. (1987), *A formação da classe operária inglesa (Vol. III)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (3ª ed.).

UNIMED. (2009), *História do Sistema UNIMED*. Disponível em: [http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd\\_canal=34393&cd\\_secao=46159&cd\\_materia=46923](http://www.unimed.com.br/pct/index.jsp?cd_canal=34393&cd_secao=46159&cd_materia=46923). Acesso em: 07 de Fev. 2009.

ZAPERLON, Sandra Regina. (2003), *A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas.

VEIGA, Sandra Mayink; FONSECA, Isaque. (2001), *Cooperativismo: uma “revolução pacífica” em ação*. Rio de Janeiro, DP&A, FASE.